



GRUPO DE REVISÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE CÚPULAS (GRIC)

OEA/Ser.E
GRIC/DC-V/doc.1/08
22 julho 2008
Original: inglês

Quinta Cúpula das Américas
Port of Spain, Trinidad e Tobago
19 de abril de 2009

Projeto de Declaração de Compromisso

“Garantindo o Futuro dos nossos Cidadãos através da Promoção da Prosperidade Humana, Segurança Energética e Sustentabilidade Ambiental”

1. Norteados pelo espírito renovado de cooperação regional, integração e solidariedade, nós, os Chefes de Estado e de Governo dos países democráticos das Américas, nos reunimos em Porto Espanha, por ocasião da celebração da Quinta Cúpula das Américas, no firme propósito de melhorar o bem-estar de todo o nosso povo, formulando soluções coletivas aos desafios mais prementes sendo enfrentados pelo nosso hemisfério. Reiteramos nossa vontade de fortalecer os esforços a nível nacional e hemisférico no sentido de criar condições para uma maior paz, segurança e prosperidade para todos os cidadãos das Américas.
2. De acordo com os princípios e valores pautados na Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), a Carta Democrática Interamericana, e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da Organização das Nações Unidas, estamos determinados a continuar a nossa luta contra a pobreza, a fome, a exclusão social, a discriminação e a desigualdade, que afligem a vida e corroem a esperança de tantas pessoas em nosso hemisfério.
3. Nós, portanto, renovamos o nosso compromisso perante todos os povos das Américas no sentido de melhorar a qualidade de suas vidas, adotando e implementando a estratégia interamericana de colaboração com o apoio das instituições das Nações Unidas e do Sistema Interamericano, no intuito de complementar todos os esforços envidados pelas nossas nações com vistas a fomentar maiores oportunidades de emprego decente e digno, melhorar a saúde, o bem-estar e a nutrição, aumentar o acesso a uma educação de qualidade, garantir uma energia sustentável e adequada e gerir o nosso meio ambiente de maneira responsável.
4. Constatamos que tais questões dependem intimamente de nosso esforço conjunto para que possamos construir instituições democráticas mais sólidas, promover a boa governança e a inclusão social, respeitar o Estado de Direito, aumentar o acesso à justiça, proteger os direitos humanos, combater a violência, o crime e o terrorismo, e, também, alcançar uma participação cívica mais ampla por parte de todos os cidadãos da Comunidade Interamericana.

Promoção da Prosperidade Humana

5. Estamos cientes de que continuam a existir desigualdades profundas e persistentes, especialmente em matéria de educação, níveis de renda, saúde e estado nutricional, exposição à violência e crime, assim como em acesso aos serviços básicos. Em resposta, continuaremos a desenvolver e a implementar programas de proteção social que estejam voltados aos grupos mais pobres e vulneráveis de nossas sociedades, a fim de assegurar acesso igualitário para que todos os homens e mulheres tenham os serviços sociais básicos, tais como: água, habitação, atendimento de saúde, alimentação e saneamento.
6. Comprometemo-nos a intercambiar informações e políticas, assim como experiências e boas práticas no sentido de apoiar nossos esforços no plano nacional para diminuir as disparidades sociais e a desigualdade e reduzir a pobreza pela metade até o ano 2015. Solicitamos que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) coordene o processo de revisão e consolidação de todos os programas existentes de proteção social e de erradicação da pobreza até o final de 2010, em colaboração com os Ministros responsáveis pelas Finanças, Planejamento e Desenvolvimento, assim como outras instituições regionais e sub-regionais de financiamento e desenvolvimento para aumentar a eficiência, reduzir a duplicação de esforços, identificar as lacunas e otimizar o uso de recursos.
7. Reconhecemos que, para eliminar a pobreza e a fome, gerar empregos e elevar o padrão de vida de todo o nosso povo, deveremos atingir níveis mais elevados de crescimento econômico contínuo com equidade. Também reconhecemos a contribuição positiva de políticas abertas de comércio na promoção do crescimento, do emprego e do desenvolvimento. Portanto, assumimos o compromisso de continuar a implementar políticas macroeconômicas sólidas que sejam caracterizadas por medidas monetárias e de transparência fiscal adequadas, gastos públicos prudentes, maior poupança interna e altos índices de crescimento. Também continuaremos a promover o desenvolvimento do setor privado, a diversificar a atividade econômica, melhorar a competitividade e fortalecer a integração econômica. Assumimos o compromisso de reforçar o investimento em infra-estrutura de energia, transporte e comunicações para atrair mais investimentos privados e promover o desenvolvimento empresarial.
8. De acordo com o “Trabalho Decente nas Américas: Uma Agenda para o Hemisfério (2006-2015)”, continuaremos a facilitar e a incentivar a geração de oportunidades de empregos mais dignos e produtivos no setor formal. Instruímos os Ministros do Trabalho, dentro do contexto da Conferência Interamericana de Ministros de Trabalho da OEA, em colaboração com os sindicatos e as organizações patronais, contando também com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para que desenvolvam um plano coordenado no sentido de continuar a tratar dos objetivos da supracitada Agenda até o final de 2010.
9. Com o apoio da OIT e de acordo com a Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, adotaremos as políticas e as regulamentações necessárias para facilitar e promover a ascensão de empresas e trabalhadores do setor informal para o setor formal. Também reafirmamos que os migrantes, a despeito do seu *status* imigratório, devem ter direito à plena proteção dos direitos humanos e à total observância das leis trabalhistas aplicáveis aos mesmos.

10. Reiteramos o nosso compromisso em proteger as mulheres e as crianças da exploração econômica e instamos os Ministros responsáveis pela Educação, Trabalho e Desenvolvimento Social para que adotem estratégias nacionais coordenadas no sentido de prevenir e erradicar o trabalho infantil até 2020, segundo a Agenda Hemisférica de Trabalho Decente da OIT, e desenvolvam estratégias inovadoras para trazer as crianças de volta a ambientes saudáveis e propícios à aprendizagem. Também reiteramos o nosso compromisso de eliminar o trabalho forçado antes de 2010.
11. As micro, pequenas e médias empresas são fundamentais para o crescimento econômico, geração de emprego e redução da pobreza. Instamos o Banco Mundial, o BID e outros bancos regionais a acelerarem seus esforços no sentido de promover a expansão e o desenvolvimento do setor privado, duplicando os empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas e triplicando o número de empresas com acesso a crédito até 2012.
12. Trabalharemos no sentido de eliminar as barreiras administrativas e burocráticas para a formação de novas empresas. Portanto, adotaremos as reformas necessárias para simplificar os processos pertinentes à abertura e ao fechamento de empreendimentos comerciais e nos comprometemos a reduzir o tempo de iniciação das atividades empresariais para um máximo de 30 dias até 2012. Instamos o BID e o Banco Mundial a apoiarem os esforços envidados a nível nacional para melhorar as estruturas legislativas e os procedimentos administrativos para alcançar este fim.
13. Para fomentar a inovação e o espírito empresarial, comprometemo-nos a aumentar o investimento em pesquisa e desenvolvimento para o mínimo de 1% do PIB até 2015 e a fortalecer os laços entre universidades, instituições científicas, setor privado, agências multilaterais e trabalhadores. Também concordamos em desenvolver, harmonizar e cumprir as leis e regulamentos atinentes à propriedade intelectual para salvaguardar os trabalhos de inovação e criatividade.
14. Alimentar o nosso povo é agora o desafio mais imediato a ser enfrentado pelo nosso hemisfério e, de fato, por todo o mundo. Portanto, comprometemo-nos a assumir um papel ativo, trabalhando em parceria com a comunidade internacional para desenvolver e implementar políticas e programas abrangentes para resolver o problema. Reiteramos o nosso compromisso com a Declaração de Roma 2008 sobre Segurança Alimentar Mundial, com os objetivos da Cúpula Mundial da Alimentação e com o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, no intuito de reduzir, pela metade, o número de pessoas mal-nutridas até 2015.
15. Comprometemo-nos a desenvolver novas abordagens nacionais e regionais à luz do Plano AGRO 2015 e instruímos os Ministros da Agricultura a adotarem ações estratégicas para facilitar a implementação de dito Plano, com base no consenso de sua reunião Hemisférica de 2007 na Guatemala.
16. Reconhecemos que os problemas de desigualdade de acesso e a exclusão dos serviços básicos de saúde persistem, especialmente entre os mais vulneráveis, incluindo neste universo mulheres, crianças, povos indígenas e a população carente. Portanto, comprometemo-nos a proporcionar a proteção social essencial e o acesso universal a um sistema de atendimento de saúde de qualidade, levando em consideração as políticas relativas ao trabalho, ao meio ambiente, à questão do gênero e à seguridade social, aumentando o gasto público em saúde

para pelo menos 5% do PIB até 2015 com o fim de tratar dos problemas de saúde enfrentados pelas nossas populações.

17. Se, por um lado, a região tem feito alguns progressos no sentido de reduzir a mortalidade infantil até os 5 anos de idade, por outro, a mortalidade neonatal não tem decrescido no mesmo ritmo. Instamos a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) a continuar a prestar assistência aos países no sentido de cuidar deste problema através da implementação do Plano Regional de Ação Estratégica com base no Consenso Estratégico entre Agências sobre Redução da Mortalidade e a Morbidade Neonatal na América Latina e no Caribe.
18. Estamos convencidos de que a carga das doenças não transmissíveis (DNTs) pode ser reduzida através de estratégias de controle preventivo, que sejam integradas e abrangentes a nível individual, familiar, comunitário, nacional e regional e também através de programas de colaboração, parcerias e políticas que contem com o apoio dos governos, do setor privado, da mídia, das ONGs e de parceiros relevantes a nível regional e internacional. Portanto, reiteramos o nosso apoio à Estratégia Regional da OPAS/OMS sobre uma Abordagem Integrada para a Prevenção e Controle de Doenças Crônicas, incluindo Regime Alimentar, Atividade Física e Saúde.
19. Instruímos nossos Ministros de Saúde, com o apoio da OPAS/OMS, a estabelecerem os sistemas de vigilância sanitária até 2015 para as doenças não transmissíveis e seus fatores de risco, como parte de nossos sistemas nacionais de vigilância em matéria de saúde pública. Incentivamos o estabelecimento de Comissões Nacionais sobre doenças não transmissíveis, a fim de planejar e coordenar estratégias abrangentes de prevenção e controle.
20. Comprometemo-nos a melhorar a saúde reprodutiva, os serviços de saúde mental e o atendimento comunitário à saúde; a introdução de abordagens eficazes de prevenção; uma triagem mais ampla para permitir a detecção precoce de doenças; e a provisão de medicamentos essenciais, especialmente à população mais carente.
21. Além disso, comprometemo-nos a tomar as medidas necessárias para melhorar os níveis nutricionais de todos os povos das Américas até 2015 e implementar plenamente a Estratégia Regional para o Desenvolvimento da Nutrição e da Saúde no período 2006-2015, coordenada pela OPAS.
22. Para tratar da disseminação de doenças transmitidas por vetores biológicos, especialmente a dengue, comprometemo-nos com a implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI - 2005) e instamos a OPAS a preparar um plano regional de contingência que contenha as novas diretrizes estabelecidas no RSI até o final de 2009.
23. Estamos comprometidos com o objetivo de deter e reverter a disseminação do HIV/AIDS e de outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) até 2015, proporcionando acesso universal à prevenção, cuidado, tratamento e apoio para homens e mulheres. Implementaremos uma estratégia regional para prover tal acesso sob a coordenação da OMS e da OPAS. Comprometemo-nos, também, a reduzir a incidência de transmissão do vírus HIV da mãe para o filho para menos de 5% até 2015. Reiteramos nosso compromisso em fortalecer e fornecer o devido financiamento ao Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária.

24. Afirmamos que o acesso igualitário a uma educação de qualidade, adaptada às realidades locais e globais, é um direito do ser humano, um bem público e uma prioridade política. Melhorar a atenção e a educação pré-escolar, a instrução primária e o treinamento de professores são abordagens essenciais para se alcançar uma educação primária universal até 2010.
25. Ratificamos o nosso compromisso de alcançar uma taxa de inscrição no ciclo educacional secundário de pelo menos 75% até o ano 2010 e instamos os Ministros de Educação e a OEA, com o apoio das instituições regionais especializadas e a UNESCO, a desenvolverem uma estratégia para o hemisfério, tendo em mente a questão do gênero para reformar a educação secundária e fazê-la acessível a todas as nossas crianças e jovens, especialmente aqueles pertencentes a grupos marginalizados, até 2015. Esta estratégia deverá incluir uma reforma curricular com base nos princípios de equidade, qualidade, relevância e eficiência na educação, levando em consideração a questão da diversidade cultural, lingüística e étnica e incentivando a inovação e a criatividade.
26. Reconhecendo que a educação é um processo de toda uma vida, que promove inclusão social e permite que as pessoas contribuam mais plenamente com as suas respectivas sociedades, atribuímos alta prioridade à melhoria da qualidade e acesso à educação de terceiro grau, a escolas técnicas ou vocacionais e à aprendizagem de adultos, especialmente mulheres, população rural, pessoas portadoras de deficiências, afro-descendentes e povos indígenas. Portanto, comprometemo-nos a aumentar a taxa de participação na educação de terceiro grau a um mínimo de 40% até 2020 e estimulamos os países que já conseguiram avanços consideráveis nesta área a intercambiarem suas boas práticas, que hão de apoiar os esforços de outras nações no sentido de alcançar esta meta. Também nos comprometemos em prestar apoio ao desenvolvimento profissional contínuo do corpo docente.
27. Continuaremos a investir em nossa juventude e a adotar políticas e programas que venham a expandir suas oportunidades econômicas, aumentar o seu envolvimento social, abrir avenidas para posições de liderança, permitir que haja uma participação significativa nas atividades de tomada de decisão e aumentar a qualidade e cobertura dos serviços sociais destinados a melhorar suas vidas e a promover um estilo de vida saudável. Sendo assim, reafirmamos o nosso compromisso com a Declaração de Medellín de 2008 sobre Juventude e Valores Democráticos.
28. É essencial que a brecha tecnológica, tanto dentro e entre as nações das Américas, seja reduzida. Portanto, renovamos o nosso compromisso em colaborar com as agências regionais, sub-regionais e multinacionais para continuar progredindo na implementação de iniciativas relativas à Agenda de Conectividade nas Américas e o Plano de Ação de Quito. Instruímos nossos Ministros e Altas Autoridades em matéria de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) a promoverem o uso das TICs em seus sistemas educacionais e em nossos setores públicos e empresarias, ampliando o acesso a domicílios e comunidades.
29. Reconhecemos que o diálogo entre culturas e o respeito pela diversidade cultural promovem o entendimento mútuo e a convergência, ajudando a reduzir conflitos, discriminação e barreiras à oportunidade econômica e à participação social. Comprometemo-nos a fomentar a criatividade e a promover os setores culturais, como parte de nossas políticas de promoção do desenvolvimento social, crescimento econômico sustentável, geração de empregos e de renda, especialmente para os adultos jovens.

Promoção da Segurança Energética

30. Desenvolveremos sistemas de energia limpa, financeiramente viável e sustentável, reduzindo a quantidade de energia e a intensidade das emissões de carbono de nossas economias, promovendo, assim, a eficiência energética em todos os setores, diversificando a nossa energia, através do desenvolvimento de fontes tanto renováveis como de baixo teor de carbono e incentivando o uso mais limpo e mais eficiente dos combustíveis fósseis. Comprometemo-nos a aumentar a contribuição de energia provinda de fontes renováveis e de fontes de baixo teor de carbono para satisfazer, no mínimo, 50% da demanda energética primária a nível nacional até 2050, no máximo, e introduziremos, conforme seja necessário, novas estruturas de financiamento e de políticas a fim de facilitar e acelerar este processo.
31. Também nos comprometemos a melhorar a eficiência e a conservação energética, especialmente em nossos sistemas de transporte e setores industriais, entre as pequenas e médias empresas e a nível residencial também, com o fim de promover padrões mais sustentáveis de produção e consumo. Incentivamos a introdução de requisitos mínimos de eficiência e de sistemas harmonizados de classificação não só para os aparelhos domésticos, mas também para os equipamentos industriais. Revisaremos os códigos de construção, elevaremos os padrões de eficiência energética e desenvolveremos diretrizes para o planejamento urbano no sentido de estimular cidades mais eficientes em termos energéticos.
32. Promoveremos ainda mais a diversificação de tecnologias, infra-estrutura, materiais e rotas concernentes ao fornecimento de energia e facilitaremos para que terceiros tenham acesso não discriminatório à infra-estrutura de trânsito para estimular o desenvolvimento de mercados energéticos transparentes, eficientes e ordenados. Comprometemo-nos a fazer com que todos os requisitos relevantes em matéria de planejamento e de regulamentação sejam mais simples, coerentes, transparentes e eficazes até o final de 2012.
33. Reconhecendo o potencial das novas tecnologias que surgem para a diversificação da matriz energética, incentivaremos o desenvolvimento, manufatura e uso dos biocombustíveis, tanto os atuais como os de próxima geração, a incluir biocombustíveis com base em açúcar, celulose, algas e bactérias e desenvolveremos um conjunto de especificações compatíveis até o final de 2015, a fim de facilitar a sua comercialização e seu maior uso, levando em consideração as normas e padrões existentes e aqueles já em fase de planejamento. Formularemos estratégias para o cultivo e produção sustentável de biomassa, com particular atenção à necessidade de garantir a segurança alimentar e, até o final de 2012, no máximo, desenvolveremos uma estratégia para biocombustíveis de segunda geração e outros mais avançados, certificando-nos de que não estejam competindo diretamente com outros cultivos agrícolas em termos de terra, água e fertilizante. Também apoiaremos o desenvolvimento e uso de turbinas eólicas na terra e no mar, células fotovoltaicas convencionais e a polímero sólido, torres solares, energia geotérmica ou hidrelétrica, células a combustível hidrogênio e outras tecnologias energéticas inovadoras.
34. Muitas fontes renováveis de energia são intermitentes ou estão disponíveis apenas em localidades específicas. Portanto, desenvolveremos e investiremos em novas infra-estruturas energéticas e apoiaremos o desenvolvimento de uma geração de energia de baixo teor de carbono, com malhas de distribuição que cruzem fronteiras e outras redes de cooperação e de comércio de energia.

35. Comprometemo-nos com a promoção de uma energia limpa através da pesquisa e do desenvolvimento, da transferência de tecnologias sólidas em matéria ambiental e da comercialização de soluções energéticas mais novas e limpas. Daremos prioridade a aumentar a cooperação internacional e o compartilhamento de informações na busca de soluções que possam beneficiar todos os nossos países.
36. Aumentaremos o nível de conscientização pública sobre os problemas de energia e de meio ambiente e nos comprometemos a assegurar que até 2012, os povos das Américas tenham acesso universal a informações precisas, confiáveis e imparciais sobre energia, meio ambiente e questões de mudança climática.
37. Cientes de que os problemas de disponibilidade, custo e segurança de nosso fornecimento de energia, nossa competitividade econômica e a sustentabilidade de nosso meio ambiente são temas que se entrelaçam intimamente, comprometemo-nos com o desenvolvimento de uma estrutura de políticas coerentes, que leve em consideração as nossas diversas situações, circunstâncias e oportunidades e que permita, simultaneamente, o fortalecimento e diversificação de todas as nossas economias.
38. Nós, portanto, instruímos os Ministros responsáveis pela Energia, Planejamento, Regulamentação e Finanças dentro do âmbito da OEA e da Parceria de Energia Sustentável das Américas (SEPA), com o apoio e orientação do BID e do Banco Mundial, levando em consideração as diversas condições, oportunidades, estruturas legislativas e regulatórias de nossos países e tomando por base a cooperação e as iniciativas de integração existentes em matéria de energia, para que desenvolvam uma estratégia de cooperação entre nossas nações, organizações internacionais e o setor privado que venha a aumentar a eficiência energética, diversificar as fontes de energia, minimizar o impacto ao meio ambiente, fortalecer a independência energética e assegurar acesso a um fornecimento de energia que seja seguro e financeiramente viável para todos, especialmente para os mais desvalidos. Instruímos ainda os Ministros a desenvolverem esta estratégia até, no máximo, o final de 2011.

Promoção da Sustentabilidade Ambiental

39. Todo desenvolvimento social e econômico depende da conservação e proteção do meio ambiente. Portanto, reafirmamos o nosso forte compromisso com o desenvolvimento sustentável, segundo o estabelecido nas Cúpulas Mundiais sobre Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro em 1992 e de Joanesburgo em 2002, na Declaração de Santa Cruz de la Sierra em 1996, na Declaração de Santa Cruz + 10, em 2006, e nos Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU).
40. Comprometemo-nos a tomar todas as providências necessárias para garantir a eventual estabilização das concentrações de gás do efeito estufa na atmosfera a um nível tal, que não incorra em risco de mudança séria no clima da Terra e nem em seus sistemas climáticos.
41. Fortaleceremos nossos mecanismos para o compartilhamento das primeiras informações de alerta sobre desastres naturais, para o planejamento e preparo em caso da ocorrência dos mesmos e para o gerenciamento e coordenação de programas de resposta e alívio após tais catástrofes.

42. Instruímos os Ministros e as Altas Autoridades, responsáveis por Desenvolvimento Sustentável, em colaboração com as organizações nacionais e regionais especializadas em desastres, a desenvolverem, até 2011, um sistema de cooperação dentro das Américas através do qual possam colaborar entre si, partilhar informações, desenvolver modelos de boas práticas e apurar que áreas de assentamento humano e que seções de infra-estrutura essencial às indústrias e ao transporte estão em risco e certificar-se, posteriormente, de que estejam protegidas ou sejam reassentadas.
43. Apresentaremos um planejamento arrojado e medidas de zoneamento mais bem definidas com o intuito de assegurar que as áreas residenciais, comerciais ou industriais a serem construídas não estejam localizadas em lugares vulneráveis e facilitaremos um melhor acesso à educação, treinamento, terra, crédito e habitação para garantir que a população carente não esteja presa a áreas vulneráveis pelo medo de perder seus meios de sustento.
44. Também trabalharemos no sentido de promover uma governança ambiental sólida através do fortalecimento das leis nacionais atinentes ao meio ambiente e da construção da capacidade institucional para gerir os recursos ambientais de acordo com as nossas prioridades de desenvolvimento sustentável.
45. Também apoiamos maior diálogo e cooperação dentro do âmbito da UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima), incluindo os compromissos sobre a ação cooperativa de longo prazo estabelecida em Montreal em 2005 e no Esquema de Bali de 2008, e comprometemo-nos a trabalhar para chegar a um acordo global na reunião da UNFCCC em Copenhague, em 2009.
46. Renovamos nosso apoio ao Programa Interamericano para o Desenvolvimento Sustentável (IAPSD) e instruímos os Ministros e todas as outras autoridades responsáveis por desenvolvimento sustentável para que se reúnam em 2010, sob os auspícios da OEA, em colaboração com a OPAS e as instituições internacionais de financiamento e desenvolvimento relacionadas ao desenvolvimento sustentável e com a participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil, para avaliar as vitórias alcançadas pelo Programa até a data e para propor, onde for apropriado, novos objetivos para um IAPSD renovado, com um enfoque especial em gerenciamento integrado dos recursos hídricos, tanto nacionais como compartilhados, prevenção e mitigação de desastres, gestão de florestas e locais de pesca, administração agrícola sustentável e desenvolvimento rural, proteção do ecossistema e da biodiversidade, gestão dos recursos naturais, gestão ambiental urbana e tratamento de resíduos nocivos. Prestaremos especial atenção às áreas mais vulneráveis, inclusive as regiões costeiras de baixa elevação e países em desenvolvimento, formados por pequenas ilhas.
47. Também determinamos aos Ministros e a todas as outras autoridades responsáveis por desenvolvimento sustentável, em conjunto com o Banco Mundial e o BID, trabalhando sob os auspícios da OEA, que realizem uma revisão abrangente sobre os possíveis impactos da mudança climática para todas as nações das Américas até 2011 e que formulem Planos de Ação, a nível nacional, para o gerenciamento e mitigação de tais impactos, com especial ênfase nas necessidades das pessoas com maior probabilidade de serem deslocadas ou de perderem o seu meio de sustento. Instruímos ainda ditas autoridades para que usem cada uma dessas revisões nacionais como informação para elaboração de uma Estratégia Regional de Gestão

dos Impactos da Mudança Climática, a ser formulada, de maneira conjunta, pelo Banco Mundial e pelo BID até 2013.

Fortalecimento da Segurança Pública

48. Estamos determinados em preservar nossos esforços de prevenção e combate ao terrorismo e ao crime organizado, cumprindo plenamente as nossas obrigações à luz do Direito Internacional, inclusive respeitando os direitos humanos e o Direito Humanitário Internacional no tocante a refugiados. Portanto, instruímos todos os Ministros com responsabilidade sobre segurança, formulação de políticas, inteligência e forças armadas, dentro do âmbito da OEA, a continuarem a cooperar e a utilizar nossos recursos coletivos para evitar que organizações terroristas e criminosas cruzem fronteiras e adquiram armas, persistindo na prevenção e combate ao terrorismo e ao crime organizado.
49. Negaremos quaisquer recursos a terroristas e elementos criminosos e combinaremos nossos esforços no sentido de identificar, rastrear, confiscar ou congelar os bens que estejam associados ao terrorismo e ao crime organizado, de acordo com a legislação nacional e em coerência com o Direito Internacional.
50. Requisitamos que a OEA, através da Secretaria de Segurança Multidimensional, continue com os preparos para uma reunião de cúpula de peritos e autoridades para desenvolver uma abordagem comum aos assuntos relacionados ao crime e à violência, e também elabore uma estratégia regional com vistas a promover a cooperação interamericana ao lidar com gangues de criminosos, com especial ênfase nos indivíduos jovens.

Fortalecimento da Governança Democrática

51. Todas as nossas aspirações e objetivos para as Américas dependem de democracias fortes, da boa governança, do Estado de Direito e do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais. Portanto, renovamos o nosso compromisso em fortalecer nossas instituições democráticas e em sustentar e aplicar os princípios e valores da Carta Democrática Interamericana.
52. Comprometidos em aumentar a transparência, a integridade, a responsabilidade pela prestação de contas e pela eficiência nos setores público e privado, dispomo-nos a fortalecer a nossa luta contra todas as formas de corrupção e comportamento antiético. Renovamos o nosso compromisso com a Convenção Interamericana contra a Corrupção e formularemos e implementaremos políticas que fomentem uma cultura de integridade e transparência entre os cidadãos e os servidores públicos e dentro das repartições e instituições públicas.
53. Ratificamos o nosso compromisso com a defesa, proteção e promoção dos direitos humanos e com a interdependência e fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.
54. A Carta Social das Américas e o seu Plano de Ação oferecerão aos nossos cidadãos mais oportunidades de se beneficiarem do desenvolvimento sustentável com equidade e inclusão

social. Portanto, comprometemo-nos a concluir e a adotar tais documentos antes do final de 2009.

55. Também reafirmamos que a discriminação de qualquer índole inibe a plena participação de todas as pessoas na sociedade e continuaremos até concluir as negociações da Convenção Interamericana contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação e Intolerância. Também continuaremos a desenvolver a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas.
56. Comprometemo-nos a continuar a enfatizar a inclusão da questão do gênero em nossas políticas públicas e a fortalecer os mecanismos institucionais para o progresso da mulher jovem e adulta. Investiremos na participação plena e igualitária da mulher na vida política e no processo de tomada de decisão, em todos os níveis, em seus respectivos países, além de fazer cumprir as leis que promovem o respeito aos seus direitos humanos e aos seus direitos a equidade e igualdade de gênero.
57. Reconhecemos o papel importante da OEA na resolução pacífica de nossas diferenças e no apoio aos objetivos da Carta Democrática Interamericana. Comprometemo-nos a melhorar a capacidade da OEA em seus esforços de prestar assistência na melhoria da paz e da estabilidade democrática, social e econômica de nossa região.

Fortalecimento do Processo de Seguimento das Cúpulas das Américas e da Efetividade de sua Implementação

58. Reconhecemos que as questões de prosperidade humana, segurança energética e segurança ambiental estão intimamente entrelaçadas e que uma estrutura integrada e coerente de políticas é essencial para se alcançar os compromissos que assumimos aqui perante o povo do nosso hemisfério.
59. Para fortalecer a participação Ministerial no Processo de Cúpulas, melhorar a implementação de nossas decisões nesta Quinta Cúpula e para aumentar a responsabilidade da prestação de contas ao povo das Américas, instruímos as secretarias técnicas de todas as Reuniões Ministeriais a informarem os seus Ministros e as Altas Autoridades sobre os mandatos desta Cúpula, dando início a ações estratégicas, até o final de 2009, para facilitar a implementação de nossos compromissos. Comprometemo-nos, ainda, a nos reunirmos na Cúpula das Américas, em base regular, e dentro de um período não superior a três anos.
60. Instruímos a Secretaria Geral da OEA, de acordo com o seu papel central na implementação dos mandatos da Cúpula, a fornecer um relatório abrangente ao GRIC (Grupo de Revisão da Implementação das Cúpulas das Américas), anualmente, sobre as ações e progressos alcançados em todas as Reuniões Ministeriais e pelas instituições das Nações Unidas e do Sistema Interamericano, no sentido de alcançar as metas específicas estabelecidas na presente Cúpula.
61. Incumbimos os nossos Ministros de Finanças com a missão de colaborar com as instituições financeiras multilaterais para que organizem uma reunião, no primeiro trimestre de 2010, para

assegurar que os recursos de cooperação técnica estejam disponíveis para financiar os diferentes elementos das iniciativas interamericanas acordadas neste documento.

62. Reiteramos o chamado que fizemos na Terceira Cúpula das Américas, realizada na cidade de Quebec, Canadá, para que os Ministros de Finanças aumentem o seu envolvimento com o processo de Cúpulas das Américas e instruímos tais ministros a explorarem as formas de fortalecimento das alianças estratégicas a nível nacional, entre todos os Ministros, inclusive aqueles responsáveis pela educação, saúde, trabalho, desenvolvimento social, juventude, informação e comunicação, agricultura, energia, meio ambiente e crime e segurança.
63. Também solicitamos às instituições do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas que fortaleçam ainda mais o seu compromisso e que desenvolvam programas coordenados de ação para cumprir com os objetivos estabelecidos nesta Declaração para as Américas.
64. Comprometemo-nos a incentivar a participação da sociedade civil no planejamento e execução das políticas e programas de desenvolvimento, fornecendo assistência técnica e financeira para fortalecer e edificar sua capacidade de participação mais plena no Sistema Interamericano.
65. Também nos comprometemos a continuar a explorar caminhos, segundo os quais nossos governos possam criar, fortalecer e manter alianças com o setor empresarial para aproveitar a experiência e os recursos existentes neste setor, a fim de desenvolver e implementar ações efetivas, práticas e sustentáveis para alcançar os nossos objetivos de desenvolvimento nacional e hemisférico.
66. Nós, os Chefes de Estado e Governo das Américas, concordamos que este documento deve ser conhecido como a “Declaração de Compromisso de Porto Espanha”, e, por meio do presente, aprovamos o seu conteúdo, nestes dezenove dias do mês de abril do ano de 2009.